

A política cultural pública, no Município de São Paulo, configurou-se em 1935, com a criação do Departamento de Cultura, durante a gestão do prefeito Fábio Prado. No governo seguinte, de Prestes Maia e já sob a vigência do Estado Novo, a instituição sofreu forte desestruturação, interrompendo vários de seus programas em andamento, alguns só retomados bem mais tarde. Em 1945, o Departamento de Cultura foi vinculado à Secretaria de Cultura e Higiene e, dois anos depois, à Secretaria de Educação e Cultura. Finalmente, em 1975, durante a gestão de Olavo Setúbal, foi criada a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

No Brasil, durante a Primeira República, com exceção da cidade do Rio de Janeiro, que era então a capital do país, não havia um campo cultural estruturado. As ações, nessa área, eram descontínuas, promovidas, em geral, pela iniciativa das elites oligárquicas e ligadas a uma concepção de cultura bacharelesca e ornamental. A produção de cultura pelas camadas mais pobres da população era marginalizada e perseguida pelos órgãos policiais, raramente aparecendo nos circuitos oficiais. O mercado de bens simbólicos era incipiente nessa época e, mesmo nos centros urbanos maiores, como era o caso da cidade de São Paulo, existiam poucas editoras, os jornais e as revistas possuíam tiragens insignificantes e eram raras as livrarias. Não havia galerias de arte e tampouco *marchands*. Os espaços públicos destinados à cultura e às artes – museus, teatros e bibliotecas – eram improvisados, provincianos, acanhados e quase sempre de uso restrito pelas camadas mais ricas da população. Somente as salas de cinema se multiplicavam nos bairros operários e eram pouco frequentes nas regiões mais abastadas,¹ porque o cinema ainda era identificado com o entretenimento popular e não transitava, portanto, no âmbito das artes.

A organização de políticas culturais, fora do espaço dos salões das elites, esteve estreitamente vinculada aos processos de modernização e urbanização. Logo após a derrota paulista na Revolução de 1932, iniciou-se um processo de expansão do acesso aos bens culturais,

resultando na criação de ações, públicas e privadas, que viriam a formar um sistema complexo de instituições voltadas para a educação e a cultura. As primeiras iniciativas foram a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933 e da Universidade de São Paulo, em 1934, e a fundação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura da Cidade de São Paulo, em 1935, que não se constituíam em ações desvinculadas. Ao contrário, o Departamento de Cultura contou, para sua formulação, com a participação e liderança de intelectuais oriundos do movimento modernista, como Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Rubem Borba de Moraes, ligados, direta ou indiretamente, às novas escolas de ensino superior. A ação conjunta dessas instituições resultou num sistema completo e complexo de gestão cultural, com sentido amplo e democrático. O Departamento de Cultura articulou, de maneira inédita, a produção com a formação de mão-de-obra especializada; formou público por meio da difusão, divulgação e consumo; preservou e criou registros de documentos históricos, iconográficos e sonoros sobre a cidade de São Paulo; planejou, organizou e avaliou todas as ações realizadas, segundo critérios científicos, com base em pesquisas socioeconômicas e levantamentos estatísticos.²

O Departamento de Cultura foi criado com cinco divisões, às quais se subordinavam seções com atribuições específicas. A Divisão de Expansão Cultural era dirigida por Mário de Andrade, que também acumulava a direção do Departamento, e reunia as seções de teatro e cinema, rádio-escola e discoteca pública. Sob o comando de Rubem Borba de Moraes, a Divisão de Bibliotecas era responsável pela Biblioteca Municipal, pelas infantis e de bairro, pelas bibliotecas circulantes e pela Biblioteca Brasileira. Já a Divisão de Educação e Recreios, dirigida por Nicanor Miranda, era responsável pelos parques infantis, campos de atletismo e pelo Estádio Municipal, o atual Pacaembu.³ Finalmente, a Divisão de Documentação Histórica e Social, dirigida por Sergio Milliet, publicava a *Revista do Arquivo* e administrava a gráfica municipal e o futuro Museu Histórico da Cidade, que deveria, depois de

instalado, incorporar os acervos do Arquivo Histórico e do setor de iconografia, além de realizar levantamento de dados sociais, com vistas ao planejamento das ações do conjunto do Departamento de Cultura, bem como para sua avaliação.

A Divisão de Bibliotecas tinha como objetivo principal a formação de leitores e de cidadãos. Mário de Andrade (*apud* BARBATO JR., 2004) acreditava que “a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional”. Para tanto, além de manter e ampliar a Biblioteca Municipal e abrigá-la em novo edifício tecnicamente adequado, foi necessário implantar uma *rede* composta por bibliotecas de bairros, algumas delas com acervos circulantes, bibliotecas infanto-juvenis, associadas às escolas e parques infantis, e bibliotecas ambulantes, que funcionariam em peruas adaptadas e circulariam pelas regiões ainda não servidas pelos novos equipamentos. Para a implementação do projeto era preciso formar mão-de-obra especializada e, para isso, foi criada uma Escola de Biblioteconomia, que funcionava anexa à Biblioteca Municipal. A escola foi patrocinada pela Fundação Rockefeller e mantida pelo governo municipal e, a partir de 1940, foi incorporada à Escola de Sociologia e Política, como curso superior e encontra-se em atividade até hoje.

A Divisão de Educação e Recreio era voltada para a educação não-escolar e seus parques infantis destinavam-se aos filhos da família operária, com a finalidade de evitar que as crianças ficassem na rua durante a jornada de trabalho dos pais. Os parques mantinham educadores sanitários, instrutores de ginástica, recreacionistas, médicos e dentistas e desenvolviam atividades de ginástica, jogos, leitura, música, dança e desenho. A instalação dos parques infantis foi planejada a partir dos dados socioeconômicos levantados nas pesquisas realizadas pela Divisão de Documentação Histórica e Social. O plano era instalar 60 parques infantis e 50 campos de atletismo e piscinas públicas, no prazo de dez anos.

Durante os três anos de gestão de Fábio Prado na Prefeitura, foram efetivamente implantados três parques infantis – um no Ipiranga, outro na Lapa e mais um em Santo Amaro –, além da inserção da unidade do Parque D. Pedro II, preexistente, no programa da Divisão de Educação e Recreio. Ao final da gestão, em 1938, outras quatro unidades estavam com a construção finalizada e 46 encontravam-se em projeto.⁴

Assim como aconteceu no processo de implantação das bibliotecas nos bairros e dos parques infantis, toda a gestão do Departamento se fez a partir de ações de planejamento desenvolvidas pela Divisão de Documentação Histórica e Social, em parceria com a Escola Livre de Sociologia e Política. Um elenco importante de estudos foi realizado durante seu período de atuação, visando tanto estabelecer as metas e os locais das ações do próprio Departamento, como identificar o público usuário dos espaços criados pelas diferentes divisões, caracterizando e mapeando dados sobre a população e a cidade de São Paulo. Competia à Divisão de Documentação, além de preservar os documentos históricos da cidade de São Paulo, alimentar o Arquivo Histórico e a seção de iconografia e promover o levantamento das situações sociais e econômicas do município, publicando mapas e dados estatísticos que permitissem traçar um retrato do município em todos os campos de atividade. A Divisão realizou pesquisas sobre o nível de vida na cidade para subsidiar estudos e soluções racionais dos problemas sobre produção, consumo, transportes, assistência e habitações coletivas. Foram estabelecidos convênios com o Centro de Pesquisas Sociais do Instituto de Educação, com a Universidade de São Paulo, com os institutos Biológicos, Butantã e Agrônomo de Campinas e com a Santa Casa. Desenvolveram-se trabalhos sobre saúde e limpeza públicas, padrão de vida dos operários da Prefeitura e pesquisas demográficas com dados por quarteirão, que resultaram em mapas de ocupação do solo urbano, além de levantamentos sobre abastecimento e custo de vida. Procedeu-se, também, à organização do cadastro de contribuintes e de nomes de ruas e à

identificação, por atividade econômica, do cadastro predial.

As pesquisas realizadas com as famílias dos alunos dos parques infantis traçaram os perfis da origem por nacionalidade e região do Brasil, dados sobre organização da família e analfabetismo. Foram criados indicadores para instalação de equipamentos públicos na área da cultura, lazer e esportes. É interessante notar que, diante da inexistência de órgãos de planejamento municipais, coube ao Departamento de Cultura e às nascentes faculdades de Ciências Sociais gerarem, ainda que não tivessem sido demandadas, informações úteis para políticas públicas na cidade. O Plano de Avenidas implementado pelo prefeito Prestes Maia, por exemplo, segundo testemunho de Paulo Duarte (1985), baseou-se em muitas das informações levantadas pelos trabalhos da Divisão de Documentação Social, que chegaram a ter ampla divulgação nacional e internacional. Em 1937, por exemplo, Sergio Milliet participou do II Congresso Mundial de Populações, realizado em Paris, com o trabalho “A representação dos fenômenos demográficos”,⁵ desenvolvido pelo Departamento de Cultura, pelo qual recebeu menção honrosa em virtude da estratégia inovadora de pensar a gestão pública integrada à cultura.

A atribuição de produzir, preservar e divulgar documentos concernentes à memória de São Paulo também foi desenvolvida pela Divisão de Documentação e, ao que tudo indica, é a origem do atual Departamento do Patrimônio Histórico do Município, criado em 1975, e que hoje abriga o Arquivo Histórico, a Divisão de Iconografia e o Museu da Cidade. Atualmente, o DPH também é responsável técnico pela política de preservação, conservação e tombamento de bens históricos, implementada pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio – Conpresp, criado em 1985.

A elaboração do projeto para o patrimônio histórico nacional também iniciou-se a partir da ação do Departamento de Cultura de São Paulo. Restrito ao âmbito municipal, o Departamento havia desenvolvido iniciativas

voltadas para pesquisa e divulgação da história da cidade de São Paulo e para guarda dos registros do patrimônio imaterial paulista e brasileiro coletado pelas Missões Folclóricas, organizadas por Mário de Andrade. Conforme se vê no artigo 6º da lei que criou o Departamento, era tarefa da nova instituição “recolher, colecionar, restaurar e publicar documentos antigos, material e dados históricos e sociais que [facilitassem] as pesquisas sobre a história da cidade de São Paulo, suas instituições e organizações em todos os domínios da atividade” (Duarte, 1985). Essas iniciativas locais levaram o ministro da Educação, Gustavo Capanema, a solicitar para Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de lei para criação de um serviço de proteção ao patrimônio histórico brasileiro, o qual daria origem ao Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, que criava o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan.

A saída de Fábio Prado da Prefeitura, por intervenção da ditadura do Estado Novo, comprometeu a continuidade de boa parte dos planos do Departamento de Cultura, que sofreu, a partir de então, constantes modificações no decorrer dos anos. No entanto, no final dos anos 40, vários de seus antigos diretores e colaboradores podiam ser encontrados em outras iniciativas culturais, tanto privadas como públicas. A grande contribuição da curta experiência do Departamento de Cultura foi a elaboração de um sistema de gestão cultural, compatível com o processo de modernização e urbanização da cidade. Esse sistema induziu a formação de outras instituições a partir dos planos organizados e, ao mesmo tempo, inviabilizou procedimentos intuitivos que apareciam, vez ou outra, ao sabor de interesses diversos. Os dois grandes museus, fundados no final dos anos 40, por exemplo, resultaram da iniciativa de setores emergentes da sociedade paulistana. Em 1947, Assis Chateaubriand, jornalista paraibano e proprietário da primeira grande rede de comunicações do Brasil, fundou o Museu de Arte de São Paulo – Masp. No ano seguinte, foi criado o Museu de Arte Moderna – MAM, que contou, desde o início, com a participação ativa dos intelectuais que atuaram no Departamento de Cultura,

Breve história da política cultural paulistana

associados ao industrial Francisco Matarazzo Sobrinho, principal patrocinador do museu.

Também em 1948, e com aporte financeiro de Matarazzo, Franco Zampari criou o Teatro Brasileiro de Comédia – TBC, que reunia dois grupos de teatro amador ativos no início dos anos 40: o Grupo Experimental de Teatro, liderado por Alfredo Mesquita e Abílio Pereira de Almeida, e o Grupo Universitário de Teatro, dirigido por Décio de Almeida Prado. A partir do sucesso do TBC, houve um grande estímulo à criação de companhias teatrais com espaços próprios, como o Teatro Maria Della Costa, criado em 1954, e o Cacilda Becker, em 1957. A expansão da produção teatral estimulou o governo municipal a construir teatros nos bairros. São do final da década de 50 o teatro Paulo Eiró, em Santo Amaro, o João Caetano, na Vila Clementino, e o Arthur Azevedo, na Mooca.

Em 1951, no mesmo ano em que se realizou a I Bienal do Museu de Arte Moderna, o prefeito Armando de Arruda Pereira criou o Plano de Melhoramentos Públicos, com a finalidade de preparar a cidade para os festejos dos 400 anos de sua fundação, comemorados em 1954. A Comissão do IV Centenário, composta por representantes da iniciativa privada e de instituições públicas, programou eventos culturais e exposições industriais, comerciais e artísticas, que ocuparam os pavilhões, especialmente projetados por Oscar Niemeyer, no Parque Ibirapuera. Como parte dos festejos, foi organizado um Festival Internacional de Cinema, por Paulo Emilio Salles Gomes, então diretor da Cinemateca do MAM, origem da Cinemateca Brasileira. O Balé do IV Centenário mobilizou compositores nacionais de música erudita, coreógrafos e dançarinos. Sob o ritmo dos festejos do IV Centenário e do momento desenvolvimentista que se iniciava, mais investimentos públicos e privados foram realizados na área da cultura. Assim como os teatros municipais de bairro, novas bibliotecas foram construídas nesse período. No final da década de 50, São Paulo havia abandonado sua condição provinciana e já possuía todo o sistema de

produção, distribuição, consumo e preservação culturais definitivamente consolidado, que contava com a participação da iniciativa privada, dos órgãos governamentais e da sociedade.

O período do regime militar ficou conhecido como a “era do plano”. É o período em que foram criados diversos órgãos públicos voltados para o planejamento. No âmbito da cultura, o governo federal, por exemplo, fundou um conjunto de secretarias, institutos e empresas públicas para gerir e promover a produção cultural e destinar verbas ao financiamento de projetos. São os casos da Embrafilme, criada em 1969, e da Funarte, em 1975. A ditadura militar também ampliou o serviço de censura, montou um quadro de censores federais e formulou uma legislação repressiva e reguladora dos conteúdos da produção cultural. Por outro lado, o mercado de arte e de cultura acompanhava o ritmo de crescimento econômico propiciado pelo “milagre brasileiro”, o que levou a um aquecimento dos negócios culturais no mercado interno. Nessa época, São Paulo tinha cerca de sete milhões de habitantes, vivia as grandes intervenções urbanas⁶ e possuía uma estrutura social cada vez mais complexa. Acrescenta-se a esse quadro o processo de expansão da indústria cultural, dos meios de comunicação de massa e do ensino privado, para se concluir que os destinos da cultura não podiam mais depender de um número reduzido de intelectuais e de raros patrocinadores ilustrados.

O primeiro *shopping center* de São Paulo foi inaugurado em 1966. Na década de 70, já existiam outros sete novos empreendimentos do tipo em funcionamento. Hoje, a cidade possui mais de 60 centros de compra dotados de salas de cinema e outros serviços de cultura e lazer, que levam vantagem na disputa pelo público, sobre os outros espaços instalados nas ruas da cidade. A idéia de grandes complexos que concentram atividades e serviços diversos num mesmo local foi apropriada também pelos gestores culturais. No final dos anos 70, a construção do *Centro Cultural Georges Pompidou*, em Paris, deflagrou a discussão sobre complexos culturais que associavam

cultura e informação. Os centros culturais seriam locais onde acontecem ações culturais que vão da criação à fruição e que proporcionam, ao público, formação e informação. O Centro Cultural São Paulo, inaugurado em 1983, e, em menor dimensão, as atuais 15 casas de cultura do município são resultado dessa concepção, que articulava ações contínuas e efêmeras, sempre diversificadas, num mesmo espaço. Nesse sentido também se orientaram as sete oficinas culturais do governo do Estado, sediadas na capital, além de outros espaços – desde os sofisticados aos humildes – mantidos por instituições privadas. As leis de incentivo⁷ possibilitaram o nascimento dessas inúmeras instituições com finalidades culturais, que desenvolvem ações em todos os campos das artes e da cultura.

Há que se destacar também a presença importante do chamado sistema “S” (no caso Sesc, Senac e Sesi), que atua nas áreas de formação, produção e difusão culturais, bem como esporte e lazer. O Sesc, em particular, realiza hoje uma das mais conhecidas e dinâmicas políticas culturais da atualidade, desenvolvida em seus 12 centros de cultura e lazer, na cidade de São Paulo, atendendo milhões de usuários anualmente. Não se pode deixar de considerar, também, o impacto das novas tecnologias, principalmente da rede mundial de informação e dos meios digitais, que abriram outras possibilidades no campo da cultura, influenciando desde o fazer cultural até os usos, como se pode detectar pela tendência de multiplicação dos telecentros nos bairros paulistanos.

Vivenciar essa realidade ávida de novidades e plena de mudanças faz com que, às vezes, soe estranho que, aqui e ali, as propostas lançadas pelo Departamento de Cultura do Município de São Paulo ainda inspirem políticas contemporâneas. É o caso do Museu da Cidade, que, já previsto em 1935, foi criado recentemente, em 1993, ou de uma referência encontrada numa publicação, que atribui a essência da idéia de criação dos CEUs ao Departamento de Cultura. “O projeto contemporâneo [dos CEUs]” – diz o texto – “dialoga com outro, ainda mais remoto: na década

de 1930, quando dirigia o Departamento de Cultura da cidade, o poeta Mário de Andrade criou Parques Infantis que continham 'praça de equipamentos' e ofereciam atividades educativas e culturais para os filhos da classe operária, moradores dos bairros periféricos na época”.⁸

A busca de referências e modelos na história talvez denuncie uma necessidade de estabelecer linhas de continuidade no universo descontínuo das políticas culturais em São Paulo. Ou, porventura, sirva para afirmar que a cultura está presente em todas as ações humanas em qualquer tempo e lugar, esclarecendo aqueles que ainda a consideram artigo de luxo, dispensável diante de outras necessidades urgentes. Entretanto, o exemplo da breve experiência do Departamento de Cultura do Município de São Paulo também inspira ações planejadas e avaliações críticas, que podem contribuir para evitar o acaso nas políticas culturais e, assim, reafirmar o poder transformador da cultura.

Bibliografia:

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento: *Metrópole e Cultura*, Bauru, EDUSC, 2001.

BRUNO, Ernani da Silva: *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Vol. II e III, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1954.

BARBATO Jr., Roberto: *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo, FAPESP / Anablume, 2004.

DUARTE, Paulo: *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo, HUCITEC e Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

DURAND, José Carlos: *Arte, Privilégio e Distinção*. São Paulo, Perspectiva/USP, 1989.

GUEDES, Tarsila: *O lado doutor e o gavião de penacho*. São Paulo, Anablume, 2000.

Breve história da política cultural paulistana

RAFFAINI, Patrícia Tavares: *Esculpindo a Cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo*. Universidade de São Paulo, 1999.

SCHVARZMAN, Sheila: *Ir ao cinema nos anos 20*. Rev. Brasileira de História, vol. 25, nº 49 São Paulo, Jan./Jun., 2005.

SEVCENKO, Nicolau: *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

Notas:

1. Havia 27 salas, sendo oito delas no centro da cidade, seis no Brás, duas no Bom Retiro, uma na Mooca, uma no Cambuci e uma na Vila Mariana. Em bairros de classe média como Paraíso, Bela Vista e Santa Cecília, havia apenas uma sala. Portanto, pela localização das salas, pode-se perceber que o cinema era ainda em grande parte voltado aos bairros e ao público operário. Schvarzman (2005).

2. O sistema do departamento pode ser sintetizado da seguinte forma:

Produção: implantação de teatros, bibliotecas, discoteca, galerias, museus e acervos, corpos estáveis como orquestra sinfônica e corpo de baile, gráfica municipal, construção de espaços educativos e de lazer.

Financiamentos e incentivos: bolsas, concursos e premiações em artes plásticas, história, música; incentivo fiscal para cinema educativo; aquisição e distribuição de ingressos de espetáculos e concertos.

Formação de mão-de-obra: escola de música; escola de bailado; escola técnica de biblioteconomia.

Formação cultural e de público: parques infantis, centros para adolescentes, centros de esportes; bibliotecas públicas, bibliotecas infanto-juvenis, circulantes e ambulantes; cursos, conferências e debates; rádio-escola; cinema educativo.

Difusão, divulgação: Revista do Arquivo Municipal; cartazes; folhetos; programação de rádio, exposições, mostras, acesso gratuito a concertos, exposições, eventos.

Preservação e registros de documentos históricos, de obras de arte públicas, áreas urbanas de interesse histórico e artístico; registro de atividades e de espaços urbanos (iconografia da cidade); missões folclóricas; discoteca municipal; Sociedade de Folclore; Sociedade de Etnografia.

Planejamento e controle: mapeamento, levantamentos estatísticos sobre assuntos diversos; inquéritos sobre cidade, população, costumes,

história.

3. A construção do Pacaembu teve início em 1937, durante o governo de Fábio Prado e foi inaugurado em 1940, na gestão de Prestes Maia. O projeto arquitetônico foi realizado pelo escritório Severo&Villares.

4. Em 1947 existiam nove Parques Infantis em funcionamento e, em 1955, 50. Em 1975, os Parques Infantis foram transformados em Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIS, atendendo a crianças de 3 a 6 anos.

5. O estudo está publicado na *Revista do Arquivo Municipal*, v. 43, p. 213-218, 1938.

6. O elevador Costa e Silva, o *Minhocão*, e a praça Roosevelt foram inaugurados em 1971. A linha norte-sul do Metrô começou a operar em 1974. No município, a Emurb foi criada em 1971, a Cogep (atual sempla), em 1972. No governo do Estado, a Emplasa foi criada em 1975 para tratar do planejamento da recém instituída Região Metropolitana de São Paulo.

7. A primeira foi a Lei federal 7.505, de 2 de julho de 1986 (Lei Sarney), que deu origem à Lei nº 8.313, de 1991 (Lei Rouanet). A lei de incentivo do Município de São Paulo vigora desde 1990, Lei nº 10.923 (Lei Mendonça).

8. Disponível em www.aprenda450anos.com.br/450anos. Site produzido por BEL/Instituto Moreira Salles/Cedec.